

Manifesto

No momento em que é encaminhada à Assembleia Legislativa, pelo Governo do Estado, mensagem aditiva que dispõe sobre retribuição pecuniária aos servidores de nível universitário, os abaixo-assinados, membros do Conselho Universitário, coerentes com seus pronunciamentos anteriores e fiéis aos princípios de equidade de tratamento dos diferentes profissionais de nível superior, vem de público trazer o seu ponto de vista contrário à discriminação que se pretende introduzir.

Não encontra o escalonamento proposto bases que justifiquem sua concretização e, à luz do conhecimento dos problemas inerentes a cada uma das carreiras, julgamos autorizados a condenar a medida e a chamar a atenção para o fato de que, além do aspecto filosófico do problema, criam-se situações contraditórias e injustas entre profissionais de diferentes setores da administração.

A aparente diversidade condicionada pela maior ou menor extensão do currículo escolar, medida apenas em número de anos, não reflete a complexidade nem mesmo a intensidade na ministração dos diferentes cursos. O número de horas de trabalho diário em cada Faculdade seria, fora de dúvida, um critério muito mais objetivo, para avaliação da soma de conhecimentos exigidos e ter-se-ia a surpresa de verificar que cursos de duração menor, em número de anos, podem ter na realidade muito maior extensão em número e horas de estudo efetivo. Ainda assim não seriam consideradas todos os aspectos do problema; pois a análise específica dos programas de cada curso pode mostrar ser necessária e, por vezes, obrigatória a dedicação do aluno ao estudo, fora das salas aula. Como se vê, seria alta complexidade a medida comparativa em valores absolutos do esforço dispendido para a habilitação em diferentes profissões.

Algumas carreiras são mais atraentes por enganosos preconceitos sociais, já superados nos países verdadeiramente civilizados, isto, contudo, não pode constituir motivo de diminuição do valor real das demais. Deveria haver preocupação constante, em se procurar corrigir este erro da nossa tradição, prestigiando-se igualmente todas as carreiras, pois que todas são igualmente importantes e essenciais, do ponto de vista social e nacional.

Confiamos em que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado há de corrigir as falhas apontadas condicionadas, certamente, pela premência do tempo em que foram realizados os estudos. Apelamos, assim, a sua Excelência para que sane os defeitos contidos na mensagem aditiva, não oclustrando o seu período de governo brilhante com uma injustiça a que o desenvolvimento proposto conduz.

Estendemos aos nobres deputados o nosso apelo. Melhor do que ninguém podem eles contribuir para que não se concretize uma situação altamente prejudicial aos interesses da Universidade e do Estado de São Paulo, situação essa já condenada a dez longos anos pela própria Assembleia Legislativa através de uma lei ditada pela experiência e por um imperativo social que foi na ocasião bem compreendido por nossos ilustres legisladores.

- Tharcisio Damy de Souza Santos — Diretor da Escola Politécnica
- Eurico da Silva Bastos — Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo
- Zeferino Vaz — Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
- Hugo Leme — Diretor da Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz"
- Mario Guimarães Ferri — Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- Etelydes Onofre Martins — Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária
- Alvaro Guimarães Filho — Diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública
- Clodomiro Furquim de Almeida — Vice-Diretor em exercício da Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas
- Antônio Adamastor Corrêa — Diretor da Faculdade de Odontologia de São Paulo
- Henrique Tastaldi — Diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica de São Paulo
- Paulo de Toledo Artigas — Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Bauru
- Pedro de Alcântara — Representante da Congregação da Faculdade de Medicina de São Paulo
- Euripedes Malavolta — Representante da Congregação da Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz"
- José de Fatis Tabarelli Neto — Representante da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária
- Augusto L. Ayrosa Galvão — Representante da Congregação da Faculdade de Higiene e Saúde Pública
- Luiz de Freitas Bueno — Representante da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
- Lucio de Carvalho Lins — Representante dos Professores Associados da Universidade
- Carlos Corrêa Mascaro — Representante dos Livres Docentes da Universidade
- Braz Berlanja Martinez — Representante dos Assistentes da Universidade
- Luiz Ferreira Martins — Representantes dos Ex-Alunos da Universidade
- Eduardo Pereira de Carvalho — Representantes dos Alunos da Universidade

V. Exa. encontra, então, assinatura do Diretor da Escola Politécnica, do Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, do Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, do Diretor da Escola Superior de Agronomia, enfim, duas dezenas de assinaturas de representantes realmente autênticos que, como se verifica, condenam a mensagem governamental. Verifica V. Exa. um dos arautos do servidor público nesta Casa — haver várias emendas para, na realidade, pôrmos cõbro e tais injustiças, contidas no projeto. Gostaria de verificar se se contém nos autos, agora, requerimentos de destaque para a votação de cada uma das emendas, a fim de que possamos julgar e equacionar o que seja melhor para que esta Casa se apresente perante o opinião pública como órgão que disciplina justiça, enquanto discute e vota assunto referente aos servidores públicos de todas as categorias. Então, pergunto a V. Exa. se V. Exa. tem conhecimento de destaques requeridos, ou se V. Exa. mesmo tomou a iniciativa de promover os requerimentos.

O SR. ANGELO ZANINI — Agradeço a V. Exa. o novo aparte, que enriquece este modesto discurso.

O Sr. Farabullini Júnior — Não apoiado!

O SR. ANGELO ZANINI — V. Exa., ninguém desconhece nesta Casa, é deputado combativo, que se põe sempre a serviço das boas causas, e nesta oportunidade também não deixou de comparecer a este plenário para defender a causa justa do servidor.

Existem, conforme tive oportunidade de esclarecer, várias emendas que objetivam igualar a gratificação em favor das classes universitárias, e acredito que hajam sido feitos requerimentos de destaque a esse respeito.

Outra emenda de minha autoria e a de n.º 32, que diz respeito à prescrição das faltas de funcionários. Reputo esta medida de grande importância, para evitar que governantes mal-intencionados se valham da possibilidade que têm para inquirir para pesquisar pretensas faltas de funcionários, dadas muitos anos atrás. A emenda praticamente copia dispositivo do Estatuto Federal, que estabelece regime de prescrição. Entendo de grande importância a aprovação desta medida.

Outra, a meu ver, que deve merecer atenção desta Casa, é a que diz respeito a horários de trabalho das repartições. Atualmente, o horário de trabalho das repartições é disciplinado pela Lei 14.138-44, mas de forma a possibilitar verdadeiro arbítrio por parte dos governantes, porque o dispositivo legal obriga o funcionário a trabalhar no mínimo, 33 horas por semana. Ora, se ele tem este mínimo, o governante, a seu talento, pode elevar a quantidade de horas infinitamente, mediante regulamento ou instrução de serviço interno. A minha emenda estabelece que o horário nas repartições será de 33 horas por semana, e que qualquer acréscimo imposto pela necessidade de serviço seja remunerado, a exemplo do que sucede à atividade particular.

Enfim, Srs. deputados, existem inúmeras emendas que merecem acolhida desta Casa. O avulso do projeto, com todas essas emendas, está aí, e estou observando, vem merecendo a atenção desta Casa.

Tenho certeza de que o projeto, afinal, será aprovado com todas essas emendas, que o melhoraram e o aperfeiçoam.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano. (Pausa) Ausente S. Exa., tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO FARIA CARDOSO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, já o problema do reajustamento dos servidores do Estado, como foi colocado nesta Casa neste final de Governo, retrata exatamente aquilo que previmos durante estes quatro anos de mandato, quando analisávamos, durante horas, a importância da estruturação administrativa e o

pouco interesse que as autoridades executivas demonstravam em uma estruturação racional desta mesma estrutura administrativa. A Casa se encontra com um projeto de lei com 160 emendas e subemendas. Praticamente o Executivo transportou para a Assembleia uma tarefa que lhe compete, a de estruturar a administração pública paulatinamente, que fosse, mas com um mínimo de racionalidade. Não deveria deixar para um fim de governo, num fim de mandato, para um fim de ano com poucos dias, este trabalho enorme que compete e compete, por suas funções, à Assembleia Legislativa. Tornar-se-ia praticamente impossível votar tal projeto de lei, nas condições em que veio a esta Casa. Após a sua chegada, Srs. deputados, assistimos a uma greve de nível universitário dos engenheiros do Estado, a uma paralisação de seus serviços. Chegou-se a este estágio depois de todos os entendimentos possíveis, de todos os processos conciliatórios e sucessivos, levados às suas últimas consequências por esta grande classe. Ela teria sido acompanhada, não na sua atitude, mas na salvaguarda da dignidade dos funcionários do Estado, também pelos advogados estaduais, carreira de nível universitário, caso o Sr. Governador do Estado não mandasse à assembleia dos advogados o Dr. Hélio Helene, Procurador Geral do Estado, a fim de mostrar aos Srs. advogados que o Executivo poderia chegar à solução do problema ainda nos dias que lhe restavam. Não fêz-se a atitude do Executivo, também os advogados teriam paralisado o serviço. E também os contadores, com assembleia marcada, os dentistas, enfim, todos os escalões da estrutura administrativa. Ora, Srs. deputados, estes acontecimentos refletem um estágio da nossa máquina administrativa, uma deterioração, uma desintegração total, pela desídia, pelo desinteresse. É efeito de uma concepção secularmente atrasada com relação ao que seja a função do Estado na economia moderna. É o desprezo total pela máquina administrativa, pelos serviços públicos. São as soluções de bastidores, são as acomodações políticas, as soluções individuais, as soluções pelos setores restritos ou as soluções localizadas. Jamais matéria de tamanha importância havia sido abordada como foi, no recente manifesto que os engenheiros divulgaram pela imprensa e que calou fundo, repito, porque é a verdade, calou fundo em todos os setores das classes produtoras da livre iniciativa, assim chamadas, mesmo fora da administração pública. Os engenheiros que assinaram esse manifesto situaram a posição dos servidores públicos diante da crise nacional, situaram a estrutura administrativa dentro da economia do nosso Estado e particularizamos, do geral para o particular, nos setores de nível universitário, que era o caso vertente, o caso em tela. Neste manifesto, deixamos o Poder Executivo à vontade. Ressalvamos a dignidade da classe, analisando racionalmente os efeitos deletérios desta concepção atrasada do papel da estrutura administrativa, fundamentalmente no nosso Estado, em que a economia particular a indústria de São Paulo, entra em ritmo acelerado o que impõe à máquina administrativa uma não menor velocidade, no movimento para o progresso.

Estas as causas maiores, nas suas generalidades, das dificuldades que encontramos hoje para a análise de tão importante matéria. Então somos levados a procurar conhecer determinados problemas nas próprias repartições, e um projeto de lei como este, que deveria constituir uma lição para o Parlamento, vem, na verdade, pedir à Assembleia a grande lição, por intermédio de emendas. Quem deveria conhecer melhor a estrutura administrativa? Quem vive e integra essa estrutura e não a Comissão do Plano de Ação. Esta é constituída de curiosos, completamente afastados da realidade administrativa do Estado. Técnicos da mais alta envergadura têm sido humilhados e ofendidos por essas comissões paralelas. E o resultado, Srs. deputados, é que este projeto em si, que é um reflexo deste tema que aqui coloco, revela o descabro que se verifica em setores essenciais da estrutura administrativa.

Desejo alertar neste meu discurso, que será um dos últimos que proferirei nesta tribuna, os próximos senhores da situação, aqueles que terão a responsabilidade de arcar com os problemas maiores da população, que dependem da plena produtividade da estrutura administrativa, problemas estes que estão atingindo os pontos críticos e que poderão, em 6 ou 12 meses, desmoralizar qualquer Poder Executivo. Não adentrarei a nenhum deles, mas citarei superficialmente alguns: o abastecimento de água de São Paulo, que não tem mais onde buscar água, a não ser através dos trustes ou obedecendo a estudos do Departamento de Águas e Energia Elétrica, ou na Prefeitura, do tempo de Saturnino de Brito; o problema da energia elétrica; o problema de águas e esgotos em todo o Estado; o problema da assistência à agricultura... Não basta dedicar verbas. É preciso saber como aplicá-las, como desenvolvê-las, como fazê-las frutificar. E não compreendo como possa o nosso Estado emergir deste caos que se aproxima, refletido neste complexo projeto, que não teria a sua aprovação até o próximo dia 10 não fosse a compreensão de vários Srs. deputados, desde aqueles que, como eu, reivindicam para servidores, como membros de suas associações, pontos que consideramos fundamentais, até aqueles Srs. deputados que são afastados e não integram a máquina administrativa do Estado. Tanto assim é que o próprio Executivo, após encaminhar a mensagem, remeteu várias mensagens aditivas. Várias e várias. A maior delas, no sentido da amplitude, do número, a que atingiria os escriturários, nem tempo tivemos para examiná-la. É provável que não seja ainda aprovada neste projeto de lei, apesar da defesa que fizemos e do interesse que teríamos em aprová-la.

É complexa a matéria. Não examinarei emendas. Todas têm a sua justificativa. E assim sendo, Srs. deputados, deixo esta lembrança aos donos da próxima situação, aqueles sobre cujos ombros pesará a responsabilidade de dirigir o Estado, tanto sob o aspecto executivo como sob o legislativo. Não abandonem nunca a experiência dos servidores públicos, daqueles departamentos que foram desintegrados pelas sociedades anônimas e que têm que voltar a consolidar-se, pois constituem eles, pela sua natureza e pelo seu tempo de serviço, um patrimônio público. Nenhum governo, nenhum Poder Executivo poderá deles abrir mão. Não têm o direito de, por uma concepção retrógrada, a do laissez faire, laissez passer, de uma livre iniciativa que hoje não mais existe em país, nenhum, levada ao extremo dos extremos, desintegrar uma estrutura que antes detido constitui um patrimônio conseguido às expensas dos impostos e do dinheiro público.

Mensagem de tal envergadura deveria vir a esta Casa há mais tempo, sem um atraso que considere suspeito, um atraso cujas origens são inexplicáveis. Talvez o desejo de responsabilizar esta Casa por erros profundos que em poucos dias não se pode nem mesmo vislumbrar. Todos nos conhecemos a natureza dos trabalhos da Assembleia Legislativa. Na sua essência, eles não têm a rapidez e a prsteza que tais problemas exigiriam, para que se deslindassem em poucos dias. Tenha-se em conta que tivemos um ano tumultuado, com duas eleições de mais alta importância, não só para o Estado de São Paulo mas para o Brasil. Não desejo, com isto, desculpar erros da Casa nem devolver responsabilidades ao Poder Executivo. Apenas desejo caracterizar uma situação real, que existe, e que só com muito boa vontade nós poderíamos superar, para dar ao servidor público o reajustamento que a mensagem contém com as poucas emendas que se possa nela ainda introduzir.

Com relação ao montante da despesa, é evidente que os 106 bilhões previstos pelo Executivo para 1962, com mais 51 bilhões, atingindo 157 bilhões, ficaram ainda muito abaixo da porcentagem que a estrutura administrativa exigiria pela função que desempenha em nosso Estado. Tenha-se em conta o "superavit" que seguramente se verificará no próximo ano, pois a técnica do Poder Executivo tem sido, sistematicamente, a de apresentar receitas truncadas a esta Casa. Em 1959, ao invés de 84 bilhões, arrecadou-se 96. Em 1960, ao invés de 106 bilhões, arrecadou-se 132. Em 1962, ao invés de 160 bilhões, ultrapassou-se de muito os 200 bilhões, e em 1963, ao invés de 215, iremos muito além dos 340 bilhões.

Não temo pela sorte das finanças, mas, a sistemática de encaminhar um orçamento sem prever despesa com os servidores públicos, e posteriormente encaminhar mensagem prevendo despesa sem cobertura no orçamento e mais a lei de caráter financeiro com dezenas de bilhões destinados a sociedades anônimas deixa o servidor público completamente descalçado para a menor das menores argumentações no que tange às arrecadações do Estado.

Não me adiantarei, Srs. deputados. Votarei a favor de todas as emendas, que considero justas, apresentadas nesta Casa.

Assim, deixo esta tribuna apelando aos nobres pares para que acolham as emendas apresentadas pelos nobres Srs. deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gosuen.

O SR. ONOFRE GOSUEN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, ocupamos esta tribuna com as vistas voltadas para um setor do ensino. Quando do reajustamento dos professores, no ano passado, ao relatarmos a matéria na Comissão de Finanças, procuramos sanar uma lacuna existente, não só na mensagem governamental de então, mas uma lacuna que já vinha como que uma injustiça crônica a perseguir os mestres do ensino industrial hoje professores de cultura técnica.

Fizemos, novamente, Sr. Presidente, Srs. deputados, uma sugestão de emenda, esperando para ela a compreensão dos Srs. deputados, em que se estabelece a igualdade entre os mestres, isto é, professores de Cultura Técnica do Ensino Industrial, de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas do Ensino Industrial, dando-se-lhes o mesmo número de aulas dado aos professores de cul-